

***AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PRESENTES NAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS
PELAS FORRAS E OS PROCESSOS DE MISTIÇAGENS CULTURAIS
PROVOCADOS.***

Kelly Lislie Julio – FAE/UFMG

Eixo-Temático: nº 04 – Gênero e Etnia na História da Educação Brasileira

O estudo proposto representa um recorte de uma pesquisa em andamento, que em consonância com a História Cultural, tem como interesse identificar o modo como em um determinado espaço e tempo uma realidade social foi construída e pensada por seus atores visando um interesse específico. Nessa perspectiva, os diferentes grupos desenvolveram estratégias e práticas das mais variadas naturezas – sociais, culturais, econômicas e religiosas – a fim de alcançar a representação de mundo então produzida (Cf. CHARTIER, 1990).

O espaço é a Comarca do Rio das Mortes, mais especificamente, o Termo da Vila de São João del-Rei, e o período circunscreve as primeiras décadas do oitocentos. O objetivo é analisar dentro desse palco e contexto a realidade social construída a partir das relações estabelecidas nos espaços de sociabilidades da referida Vila, entre as ex-escravas e suas descendentes e as mulheres da elite, a fim de perceber as práticas educativas presentes. Acredita-se que, nessas relações poderia haver um processo de aprendizagem tendo como base o trânsito de conhecimentos, costumes e práticas que poderia resultar num contínuo processo de produção de referências sociais e culturais e de conhecimentos com significados e usos práticos, construídos dentro do ideário civilizador e ordenador do período¹.

Para essa análise, limitar-se-á a dois inventários, além de produções sobre os espaços de sociabilidade são-joanense. O primeiro inventário, pertencente à ex-escrava Dona Eugenia Maria de Oliveira é de 1829; o segundo, de 1830, apresenta as disposições de Dona Isabel Teresa de Jesus, que, apesar de não identificar sua cor, permitiu-me inferir de que se trata de uma mulher branca por causa das suas disposições, como mostrarei mais adiante. A partir dos pertences e legados desses inventários, busca-se perceber a socialização dos conhecimentos e objetos, além das possíveis misturas – então permeadas por um discurso civilizador voltado para a formação de um ideal de mulher² – desenvolvidas em consequência dos contatos estabelecidos nos lugares comuns a todos os segmentos.

¹ No início do oitocentos, principalmente, surge a idéia, em determinados centros urbanos com alguma relevância, dentre eles a Vila de São João del-Rei, de que o Brasil deveria buscar se igualar às culturas européias. Nesse sentido, passa-se a produzir a noção de que as atitudes, posturas e costumes europeus deveriam ser apreendidos a fim de se aproximar das referidas nações.

² Com o aumento da influência iluminista européia, surge a noção de que as mulheres deveriam ser educadas, a fim de se formar a esposa e mãe daqueles que seriam os cidadãos que levariam o Brasil ao “desenvolvimento” e

Os dois inventários representam uma amostragem de um grupo maior que tem sido pesquisado na dissertação e estão inseridos dentro do período abarcado pela investigação que corresponde aos anos entremeados de 1808 a 1840. O primeiro marco diz respeito ao ano da vinda da Corte portuguesa para o Brasil e uma perceptível elevação da influência estrangeira também causada pela abertura dos portos. Já o ano de 1840 corresponde ao período de efetiva vivência do segundo reinado, quando, especificamente sobre os trajes, cores, panos e jóias, surgem idéias que procuram diminuir as imitações das modas estrangeiras.

Dona Eugenia Maria de Oliveira e Dona Isabel Teresa de Jesus são mulheres que, apesar da proximidade da feitura dos seus inventários, 1829 e 1830, respectivamente, não posso afirmar que se conheciam. A primeira era natural da Freguesia de Santa Ana das Lavras do Funil que, naquele período pertencia ao Termo da Vila de São João del-Rei³. Já Dona Isabel era originária da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João del-Rei. No entanto, o mais importante é pensar que, ainda que em freguesias diferentes, os espaços de sociabilidade freqüentados por elas eram, na maioria das vezes, os mesmos que, por sua vez, eram comuns a outras mulheres. Dos contatos efetivados entre elas e as demais mulheres tornava-se possível um trânsito de informações, costumes, visões de mundo e objetos. Eram nos ambientes comuns que tradições eram reforçadas e repetidas, mas também recriadas e adaptadas através dos contatos cotidianos, aqui no caso específico do estudo, entre as mulheres, suas diversas origens e seus diferentes posicionamentos sociais (Cf. PAIVA, 2001, p. 32).

Para melhor entender esse processo, torna-se necessário dissertar um pouco sobre os locais de onde essas duas mulheres eram oriundas. São João del-Rei era a sede da Comarca do Rio das Mortes e, conforme Lenharo, mencionado por Moraes, estava “localizada na confluência de duas estradas importantes (...) importando e exportando mercadorias” (MORAIS, 2002, p. 53). Tivera seu início a partir das atividades exercidas pelo paulista Tomé Portes del Rei, em um local de passagem obrigatória, denominado Porto Real da Passagem.

Devido à proximidade entre a sede da Comarca do Rio das Mortes e a fronteira com o Rio de Janeiro, a Vila de São João del-Rei servia como pouso na rota das minas e centralizava as exportações de diferentes regiões da província (GRAÇA FILHO, 2002, p. 39). Além disso, exercia importante função de redistribuição dos produtos trazidos do Rio de Janeiro, sendo

à “civilização” equiparando-se às culturas das grandes potências. É nesse contexto que surgem as primeiras discussões a respeito da importância da educação feminina.

³ Apesar da dificuldade imposta pelas constantes divisões e re-divisões dos termos, distritos, arraiais e comarcas, foi possível encontrar uma consonância entre alguns autores que concordam que, no ano de 1829, a Freguesia de

um entreposto comercial extremamente ativo e diversificado (MORAIS, 2002, p. 54). Dessa regularidade comercial com o Rio se abastecia as lojas da Vila são-joanense de artigos importados e variadas mercadorias que eram recebidas para serem novamente reexportadas (GRAÇA FILHO, 1998, p. 55-6) e consumidas pelos seus moradores. A vinda da Corte portuguesa para o Brasil provocou uma elevação desse fluxo comercial, como foi dito anteriormente.

Morais, caracterizou a Vila de São João del-Rei, no início do oitocentos, como dinâmica. Para a referida autora, a dita Vila ao ser sede de várias instituições, tanto de cunho político como cultural, era, não somente, um centro de “exportações de produtos de primeira necessidade para a Corte do Rio de Janeiro e demais províncias do Império, mas possuía também uma vida cultural ativa (que buscava, sobretudo referências na Corte, a qual, por sua vez, se espelhava nos países europeus ‘civilizados’, principalmente a França)”⁴. Desse modo, a dinamicidade característica de São João del-Rei promovida pela circulação de pessoas, mercadorias e “novidades” vindas de outros centros urbanos e de alguns países fazia com que a Vila apresentasse uma realidade urbana bastante movimentada, onde poderia existir também um contínuo movimento de idéias, costumes, comportamentos e práticas estimulado pelo interesse de aproximação cultural com as nações européias, sobretudo a França, existente desde o século XVIII, que se intensificou no século XIX agora acelerado pela vinda da Corte portuguesa e por meios de difusão, como a imprensa e a propaganda, por ela implantados, além do comércio e de práticas em espaços de sociabilidade tipicamente urbanos.

Ao buscar alcançar, perpetuar ou aumentar as distinções sociais, econômicas ou culturais, Eugênia Maria de Oliveira e Isabel Teresa de Jesus utilizaram-se de estratégias praticadas no âmbito dos espaços de sociabilidade que se constituíram na Vila de São João del-Rei e seu termo. As duas mulheres analisadas praticaram, em um determinado momento de suas vidas, algumas das estratégias desenvolvidas pelo restante da população, mesmo sendo, inicialmente, pertencentes a mundos diferentes, como, por exemplo, suas origens. Sendo assim, ao buscar uma distinção, fizeram uso de estratégias, como os arranjos matrimoniais legítimos aos olhos da Igreja, os dotes, as vestimentas, as jóias, os gostos, a posse de escravos, o estabelecimento de contatos com sujeitos importantes dos lugares que

Santa Ana das Lavras do Funil pertencia ao Termo de São João del-Rei. (MATOS, 1979, p. 95-6); (GRAÇA FILHO, 1998, p. 35).

⁴ Em sua dissertação de mestrado, Moraes destaca algumas instituições criadas ou com sede na Vila de São João del-Rei na primeira metade do século XIX. Dentre elas destaca-se a Livraria Pública, a imprensa local que entre 1827 e 1844 teria produzido doze periódicos, as instituições musicais. (MORAIS, 2002, p. 57).

moravam e de outras localidades, a filiação em alguma irmandade, as doações para alguma igreja, irmandade, ordem terceira ou pobres etc.

Produzidas e “postas em jogo” quando os contatos eram estabelecidos, tais estratégias visavam, construir uma posição que as diferenciavam dos extratos mais humildes e, ao mesmo tempo, fossem capazes de representar e ostentar, além de possibilitar a conquista de status e poder. Desse modo, as estratégias eram utilizadas para produzir e marcar as distâncias entre dos diferentes grupos que compunham a sociedade do Termo de São João del-Rei. Dessas estratégias construídas e executadas por diferentes segmentos nos espaços comuns da Vila são-joanense tornava-se possível a elaboração de atitudes e comportamentos, o trânsito de conhecimentos, costumes e práticas, uma apropriação, interiorização, re-elaboração, mas ao mesmo tempo, manutenção de costumes e práticas de culturas diferentes. Conforme PAIVA, “os encontros pessoais, materiais e culturais foram inevitáveis e corriqueiros” que permitiam uma “aproximação entre universos geograficamente afastados, em hibridismos e em impermeabilidades, em (re)apropriações, em adaptações e em sobreposição de representações e de práticas culturais” (2001, p. 27).

Assim, creio ser pertinente pensar as diferentes estratégias como práticas educativas, como o fez Fonseca. (2006). As ações dos diferentes indivíduos e, especificamente nessa análise das mulheres, poderiam ser entendidas ‘como maneira de fazer’ cotidianas, como práticas utilizadas na construção de espaços, posições e identidades (FONSECA, 2006), mas também de distinção e de segregação. Essas práticas educativas poderiam ser desenvolvidas e efetivadas a partir dos contatos estabelecidos entre indivíduos de diferentes segmentos, nos variados espaços de sociabilidade, que poderiam apropriá-las e reelaborá-las a partir de suas visões de mundo, auferindo novos hábitos e posturas, mas ao mesmo tempo mantendo seus valores da cultura de origem. Os espaços poderiam ser as festas (cívicas ou religiosas), os passeios aos domingos com as famílias, o comércio diversificado da Vila, os encontros religiosos, além das irmandades leigas ou ordens terceiras.

No caso específico das mulheres forras e suas descendentes, ao buscar alcançar uma distinção econômica, social e/ou cultural, se apropriaram, mas ao mesmo tempo, re-elaboram os diferentes costumes, modos de trajar e portar, práticas, gostos, além das diferentes estratégias. Esse processo permitia aproximá-las do mundo dos brancos, e no estudo proposto, especialmente das mulheres brancas da elite, que por sua vez, buscavam se aproximar das culturas européias vistas como “desenvolvidas” e “civilizadas”. Assim, da busca por uma distinção, as ex-escravas e suas filhas estabelecerem relações em espaços de convivência de segmentos diferenciados incorporando e recriando suas atitudes e visões de mundo a partir

discursos e ideais civilizadores, que poderiam ser percebidos em uma postura mais requintada, uma sofisticação do trajar que se desenvolviam com os hábitos e costumes “civilizados” trazidos pela Corte, pela abertura dos portos e pela influência estrangeira, que modificavam o *modus vivendi* de algumas áreas urbanas, tais como ocorreu na vila de São João del-Rei (JANUÁRIO, 2003, p. 05).

Ao tentar se afastar da antiga condição de escravas ou diminuir o estigma que carregavam – que incluía também a sua cor - as mulheres forras e suas filhas buscavam meios para se aproximar do mundo dos brancos e, com isso, “minorar a humilhação de serem confundidas com escravas, de terem que apresentar suas cartas de alforria para comprovarem sua liberdade e de sofrerem restrições e interdições legais destinadas a todos os não brancos. Para se oporem a tal labéu, elegeram cores, roupas e adereços específicos...” (PAIVA, 2003, p. 213) que fizeram parte de um movimento que resultou nas apropriações e misturas dos trajes, mas também dos valores e posturas. Esse processo pode ser entendido como o que Serge Gruzinski chamou de fenômenos de misturas culturais resultantes do “vaivém dos empréstimos” (GRUZINSKI, 2003, p. 16), de um processo de interação, no qual há o surgimento de novos mundos em um novo mundo.

Nesse sentido, as estratégias vistas como práticas educativas poderiam contribuir para a difusão dos discursos e ideais civilizadores, então em voga, desenvolvidos na tentativa de aproximação com as culturas européias, em especial a França. As estratégias, ao serem apropriadas e, ao mesmo tempo, recriadas, permitiam a difusão das regras e padrões produzidos que tiveram como modelo de orientação “as idéias filosóficas, políticas e educacionais francesas do século XVIII” (DUARTE, 1999, p. 22).

Misturas e manutenções

Os dois inventários analisados apresentam, na composição do processo, uma cópia de testamento com as últimas determinações de duas mulheres que, como foi dito anteriormente, pertenciam a origens diferentes. No entanto, como mostrarei, possuíam, em comum, muitas coisas. Relatos individuais, os testamentos trazem à tona comportamentos e atitudes que refletem visões de mundo, anseios, segredos e decisões. Ao mesmo tempo, revelam o que estava guardado durante muito tempo e, quem sabe, servem como meio de acertar as contas com Deus e com os homens visando à absolvição divina (PAIVA, 1995, p. 34).

Eugênia Maria de Oliveira foi *casada legitimamente* com o então Capitão Francisco Alves da Costa, mais tarde, seu inventariante e testamenteiro, com quem teve dois filhos, Nicolau e Lucinda casada com João Pereira Marques. No entanto, no estado de solteira teve mais quatro filhos, “todos pardos”. O referido genro, João Pereira Marques pelas más atitudes

que obrou com sua mulher Lucinda, foi deserdado no testamento da sogra, caso tivesse direito a alguma herança. Dos filhos naturais, foram deserdados José e Maria Josefa. Segundo Eugênia por causa das “ingratidões e injúrias para com ela, além de acusações, como feiticeira e assassina”. A referida filha havia sido libertada pela mãe do cativo e tinha como pai um homem branco chamado José Rodrigues. Os outros dois filhos de Eugênia era Leonor, casada com Manoel de Souza e o padre Luiz da Costa Azevedo Pereira.

O matrimônio visto como uma forma de inserção na sociedade hierárquica da época, uma conquista não só financeira, mas também social (FURTADO, 2002, p. 88) foi uma das estratégias empregadas por Eugênia. Ao casar com um capitão e desfrutar de uma estabilidade econômica interessante, Eugênia pôde frequentar espaços restritos à elite econômica da Freguesia onde morava. Não foi possível dizer se quando ocorreu o casamento, um dos dois já possuía algum bem significativo. No entanto, suas propriedades, ao serem inventariadas, fizeram a soma de 11:302\$500.

Dos bens inventariados, torna-se digno de destaque o volume de jóias que, conforme as determinações testamentárias de Eugênia deveriam ser utilizadas para o pagamento das quatrocentas missas a serem celebradas na Corte do Rio de Janeiro. Dentre suas peças, encontra-se um leque de seda verde bordado de lantejoulas no valor de \$800, mas também objetos que remetiam à religião católica e que demonstravam sua devoção, como era o caso de “um rosário de ouro grande com bola e cruz cravada de pedras tudo de ouro bom com o peso de 38/8” no valor de 91\$200. Para ainda evidenciar sua religiosidade, possuía um oratório particular com duas imagens e, entre suas jóias estava descrito uma cruz. A exteriorização da religiosidade, o seu pertencimento à fé católica demonstrava a absorção de visões de mundo e costumes dominantes. Sendo assim, a posse de objetos da religião católica era um forte indício dessa absorção e um exemplo do “embranquecimento” dos valores e atitudes dos forros, conforme foi salientado por Paiva (1995, 42), além de um investimento e símbolo de prestígio social.

Numa tentativa de demonstrar sua ascensão econômica e, principalmente para completar o processo de aceitação dos valores da elite branca e de forma e inserir-se na sociedade hierarquizada do período, Eugênia reproduziu para si um mundo semelhante ao da população dominante. Para isso, procurou imitar seus hábitos, costumes, estilo de vida e indumentária (FURTADO, 2003, p. 23). Assim era proprietária de dezesseis escravos que apesar de não existir nenhuma menção aos ofícios, é possível supor que havia entre eles, através das ferramentas presentes no arrolamento de bens, pedreiros, ferreiros, sapateiros que poderiam com seus trabalhos aumentar a renda da família da ex-escrava Eugênia.

Dona Isabel Teresa de Jesus, por sua vez, era casada, assim como Eugênia, com um Capitão que se chamava João Batista Barroso Pereira. No entanto, nunca tivera filhos, mesmo no estado de solteira porque como mesmo disse, “*sempre viveu honestamente* em companhia dos pais”. Por causa disso, nomeava como sua sucessora na herança a exposta em sua casa Maria Teresa de Jesus, afilhada de batismo tanto de Isabel como do marido.

Seus bens foram avaliados em 9:010\$891 e, conforme o arrolamento de bens no inventário, possuía um patrimônio que, uma parte considerável estava aplicada em escravos, isto é, um pouco mais de 45%. Essa porcentagem se refere a um total de quatorze escravos que no total chegaram a valer 4:080\$000. Pelo que se percebe, Eugênia possuía dois escravos a mais. No entanto, os cativos de Isabel foram melhores avaliados, chegando a ter oito escravos com valor superior a 400\$000 o que pode ser explicado talvez pela idade, mas principalmente a boa saúde.

Juntamente com a ascensão econômica, Eugênia conseguiu desfrutar de uma determinada distinção social. Dona Eugênia Maria de Oliveira, assim era a forma como a ex-escrava e filha da crioula forra Inocência era chamada. Visto como um traço de separação e nobreza, utilizado para nomear as mulheres, esposas e mães pertencentes à elite social, o distintivo “dona” fora utilizado também para Eugênia em muitas partes do seu processo de inventário. Além disso, numa demonstração do grau de proximidade entre ela e pessoas importantes do local onde residia, a ex-escrava Eugênia juntamente com seu marido capitão, no ano de 1811, foi inventariante, testamenteira e herdeira do Reverendo José da Costa Oliveira, “vigário que foi da dita Freguesia de Lavras”, sendo também nesse processo referendada com o título de tratamento honorífico “dona”.

Dona Isabel, além de receber o distintivo “dona”, possuía outras características que explicitava a posição social a que pertencia. Era irmã professa da Ordem Terceira do Carmo e pediu em testamento que, ao morrer, fosse sepultada na capela e com o hábito da mesma ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de São João del-Rei. Espaço privilegiado para demonstração de distinção social e econômica, mas, ao mesmo tempo, de apropriação de novos hábitos e costumes, Dona Isabel, além da Ordem Terceira do Carmo da Vila são-joanense, era irmã de mais quatro irmandades: Terra Santa; Irmandades das Mercês de São João del-Rei; Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo e Nossa Senhora da Boa Morte da Vila de Barbacena.

Já Eugênia não mencionara se pertencia a alguma irmandade. No entanto, ao ditar seus legados testamentais, pediu para que seu corpo fosse envolto no hábito de Nossa Senhora das Dores e sepultado na capela de Nossa Senhora do Rosário do Arraial de Lavras, acompanhado

pelo corpo da Irmandade da mesma senhora. Tal fato pode, ao menos, representar uma consciência de quanto a presença de uma irmandade poderia servir como exemplo de distinção e, talvez, indício de que ela fosse filiada a ela.

As dívidas passivas e ativas encontradas no inventário de Eugênia e Isabel trazem à tona o dia-a-dia, as atividades e, principalmente, revelam uma circulação de modos, de tradições, costumes e valores culturais se não de uma sociedade do período pelo menos de um grupo em particular, seja através da compra de um escravo, de indumentárias, jóias e outros produtos adquiridos em algum estabelecimento comercial do local onde moravam ou em outras localidades. Mas ao mesmo tempo, revelam uma intrincada rede de relações sociais que gerava formas de convivência, mas também estratégias engendradas para uma melhor adaptação ao sistema escravista. (PAIVA, 1995, p. 26). Assim, é possível encontrar nos dois inventários, não só uma similaridade entre os produtos adquiridos, o que demonstra uma apropriação de valores, visões de mundo e costumes presentes na sociedade do período, mas também uma semelhança das pessoas com quem estabeleciam contatos financeiros. Nos dois inventários há menção a indivíduos com patentes militares, o que pode ser uma demonstração de que as duas mulheres possuísem o mesmo status econômico.

Ainda visando uma posição privilegiada na hierarquia social do período, Eugênia Maria de Oliveira, em busca de melhores casamentos, ascensão econômica e social para sua descendência, ao casar suas três filhas utilizou como estratégia a dotação. Pelo que é possível perceber na descrição, cada um deles tiveram valores diferenciados, mas, possuíam em comum a presença de roupas e jóias, às vezes em maior ou menor quantidade. Muitas dessas peças eram originárias da cultura européia, como por exemplo, o pente francês pertencente ao dote de Lucinda ou ainda um lenço inglês descrito na dotação de Leonor. A presença desses objetos pode representar uma transmissão de estratégias individuais desenvolvidas pela mãe Eugênia e passada para as filhas que incorporando artefatos de origem européia estariam se adaptando e reconstruindo o mundo dos brancos, posições e costumes diferenciados de seus antepassados.

Nos dois inventários foram encontrados jóias e vestuário. Trajes e adereços representavam mais do que nunca ostentação. Para muitas mulheres, as roupas e jóias possuíam significados simbólicos e rituais, assim como proteção (FARIA, 2004, p. 223)

No inventário de Eugênia Maria de Oliveira, as jóias e vestuário representavam 3,16% do patrimônio. Entre esses bens, é possível encontrar um chapéu de pêlo; duas calças riscadas; camisas de algodão e Bretanha; saias de algodão e pano fino; vestidos de seda, cetim, cambraia, bordados ou coloridos; lenços de seda; capote de riscado escocês; um xale bordado

de ouro; roupas de montar a cavalo; um colete de seda preta; um par de luvas; várias camisas com tecidos de qualidades e cores diferenciadas. Como é possível perceber, dentre as roupas e peças arroladas, havia tecidos considerados diferentemente, como superiores e inferiores ou ordinários. Assim é o caso das roupas de algodão, baeta, considerados tecidos inferiores (JANUÁRIO, 2003, p. 05), mas também peças confeccionadas com tecidos importados, vindos da Europa, como, por exemplo, a Bretanha (França) e o riscado escocês que estiveram ao alcance de um grupo mais restrito, ou ainda aqueles tecidos mais nobres e logicamente mais caros, como o veludo, a seda, o cetim e o tafetá que fizeram parte apenas da indumentária da parcela mais afortunada (JANUÁRIO, 2003, p. 27). Essas peças, alguma ainda bordada a ouro que, juntamente com as jóias poderiam ser utilizadas numa ostentação da sua riqueza nos moldes europeus e simbolizava o seu lugar social.

Dona Isabel Teresa de Jesus, se comparada a ex-escrava Eugênia, teve suas jóias e roupas avaliadas em valores mais modestos. No entanto, serviam, do mesmo modo que os pertencentes à Eugênia, como símbolos exteriores de riqueza. Entre os produtos descritos havia indumentárias como um bojo de casimira, vestuário não encontrado no inventário de Eugênia, mas, por outro lado, jóias como “um rosário de ouro com cruz” avaliado em 18\$375 e capotes, vestidos, saias e xales confeccionados com tecidos baratos e caros do mesmo modo como os utilizados pela ex-escrava.

Assim, a semelhança dos bens das duas mulheres analisadas podem significar uma apropriação de costumes, objetos, atitudes e visões de mundo, além da construção de referências a partir dos contatos estabelecidos nos espaços de sociabilidade. Ou seja, a presença de bens semelhantes, entendendo o vestuário e acessórios como uma das estratégias na construção da distinção e segregação, poderia representar uma prática educativa desenvolvida nos contatos estabelecidos que, ao serem incorporados produziram posições, identidades e espaços diferenciados. Sendo assim, os espaços de sociabilidade funcionaram com um “eixo articulador”, pois eram nesses locais que Eugênia Maria de Oliveira e Isabel Teresa de Jesus poderiam compartilhar e apropriar novos hábitos e posturas com outras mulheres. Hábitos, posturas e objetos que, muitas vezes, remetiam à civilização européia e que poderiam ser transmitidos, compartilhados e recriados.

Desse modo, creio que quando Eugênia estabelecia os contatos nos espaços de sociabilidade e, através deles construía referências na tentativa de afastar os indícios de suas origens e aproximar-se do mundo dos brancos, apropriava-se de normas e regras difundidas para as mulheres da elite que visavam a aproximação com as culturas européias.

Referências:

Fontes Manuscritas:

MRSJDR – INV – 1829 – caixa 179. Inventário de Eugênia Maria de Oliveira – São João del-Rei, 16 de janeiro de 1829.

MRSJDR – INV – 1811 – caixa 542. Inventário de José da Costa Oliveira – Arraial das Lavras do Funil do Termo da Vila de São João del-Rei, 19 de julho de 1811.

MRSJDR – INV – 1830 – caixa 116. Inventário de Isabel Tereza de Jesus – São João del-Rei, 13 de maio de 1830.

Bibliografia

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

DUARTE, Constância Lima. Para a história da educação feminina brasileira, séc. XIX. In: *Com Textos*. CIED/UFOP. Mariana, v.9. 1999.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del-Rey (1700 – 1850)*. Tese Niterói: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2004.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e Fonseca. *Sociabilidades e práticas educativas na Capitania de Minas Gerais: estratégias sociais e práticas culturais*. Projeto de Pesquisa Pós-Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; Niterói: Universidade Federal Fluminense; Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia F. (Org.) *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *A sociedade das Aparências: Vila Rica (1789 – 1807)*. São João del-Rei: UFSJ, 2003, p. 05. Monografia – Curso de Especialização em História de Minas – século XIX, da UFSJ; Orientadora Dra. Maria Tereza Pereira de Cardoso.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, 1v.

MORAIS, Chistianni Cardoso. *Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei – 1824 – 1831*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716 – 1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França Paiva. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistências através de testamentos*. São Paulo Annablume, 1995.